



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARDO
DECLARAÇÃO DE DEPENDENTES – IMPOSTO DE RENDA**



Nome do declarante: _____

CPF: _____ RG: _____

Endereço: _____ Bairro: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

DEPENDENTES	GRAU PARENTESCO	DATA DE NASCIMENTO	CPF

Declaro, sob a pena de lei, para efeito de desconto do imposto de renda retido na fonte, que a(s) pessoa (s) acima identificada(s) é (são) dependente (s) direto (s) de minha renda, enquadrando-se em uma das situações a seguir:

ANEXAR – CERTIDÃO DE NASCIMENTO - CPF / RG (SE TIVER) DO DEPENDENTE.

• Filho (a) ou enteado (a), até 21 anos de idade;
• Filho (a) ou enteado (a), em qualquer idade, quando incapacitado física ou mentalmente para o trabalho;
• Filho (a) ou enteado (a) universitário ou cursando escola técnica de segundo grau, até 24 anos;
• Irmão (ã), neto (a) ou bisneto(a), sem arrimo dos pais, de quem você detenha a guarda judicial, até 21 anos, ou em qualquer idade, quando incapacitado física ou mentalmente para o trabalho;
• Irmão (ã), neto (a) ou bisneto (a), sem arrimo dos pais, com idade de 21 anos até 24 anos, se ainda estiver cursando estabelecimento de ensino superior ou escola técnica de segundo grau, desde que você, contribuinte, tenha detido sua guarda judicial até os 21 anos;
• Menor pobre até 21 anos que você, contribuinte, crie e eduque e de quem detenha a guarda judicial;
• Pessoa absolutamente incapaz, da qual você seja tutor ou curador.
• No caso de pais separados, é considerado dependente o filho que fica com o pai ou a mãe, em decorrência de cumprimento judicial.
• Companheiro (a) com quem você tenha filho em comum;
• Companheiro (a) com quem você viva há mais de cinco anos;
• Cônjuge;

Rio Pardo, _____ de _____ de _____.

ASSINATURA

Constitui crime de sonegação fiscal: prestar declaração falsa ou omitir, total ou parcialmente, informação que deve ser produzida a agentes das pessoas jurídicas de direito público interno, com intenção de eximir-se, total ou parcialmente do pagamento de tributos, taxas e quaisquer adicionais devidos por lei; fornecer ou omitir documentos gratuitos ou alterar despesas, majorando-as com o objetivo de obter redução de tributos